

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O PENSAMENTO DE NORBERT ELIAS E PIERRE BOURDIEU: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE SOCIEDADE

Marieta Gouvêa de Oliveira Penna¹

Resumo

Apresentam-se neste artigo algumas considerações sobre o conceito de sociedade em Norbert Elias e em Pierre Bourdieu, com o objetivo de evidenciar aproximações e afastamentos entre o pensamento teórico desses autores, ambos utilizados em pesquisas em educação, especialmente no que diz respeito ao conceito de *habitus*. Destaca-se que os autores partem de diferentes ângulos na formulação da pergunta que os orienta na investigação empírica. Para Elias, importa investigar como se constituiu o homem civilizado. A pergunta é sobre a gênese, ou seja, o que confluíu numa composição histórica como processo que resultou no homem civilizado, operando com mudanças na longa duração, numa perspectiva diacrônica, para o que, evidentemente, conflui a perspectiva sincrônica, mas não como foco investigativo. Bourdieu, em seus escritos, tem por preocupação o estabelecimento de uma teoria da prática, ou seja, uma teoria explicativa sobre as formas como os homens agem e estabelecem relações sociais levando-se em consideração as condições objetivas às quais estão submetidos, em que as estruturas sociais estruturam essas relações e são por elas estruturadas, ao mesmo tempo em que estruturam a subjetividade dos agentes a elas submetida.

Palavras-chave: Método. Sociedade. Norbert Elias. Pierre Bourdieu.

Abstract

In this article we present some considerations about Norbert Elias's and Pierre Bourdieu's concept of society, aiming to clear the closeness and distance between these authors' theoretical thought, both used in educational research, specially concerning the concept of *habitus*. We emphasize that the authors take different points of view when formulating the question that orientates them in the empirical investigation. To Elias, it is important to investigate how the civilized man has been

¹ Doutora em Educação e Ciências Sociais pela PUC/SP, Professora Adjunta do Departamento de Educação da EFLCH da UNIFESP
Sociologia da Educação Revista Luso-Brasileira ano 2 n 4 dezembro 2011

constituted. The question is related to the genesis, that is, what has converged in a historical composition as a process that resulted in the civilized man, operating with changes throughout time, in a diachronic perspective, to what, evidently, converges to a synchronic perspective, but not as investigative focus. Bourdieu, in his works, is concerned about the establishment of a theory of the practice, that is, an explanatory theory about the ways men act and establish social relationships, taking into consideration the objective conditions under which they are submitted, where the social structures shape those relationships and are structured by them, at the same time they structure the subjectivity of the agents submitted to them.

Keywords: Method. Society. Norbert Elias. Pierre Bourdieu.

Introdução

A investigação do fenômeno educacional numa perspectiva sociológica é fundamental para a compreensão das relações entre educação, sociedade, cultura. Para tanto, teorias sociológicas necessitam ser postas à prova no confronto com a empiria, o que só é possível ao se capturar o sentido operacional dos conceitos, a fim de se estabelecer conexões conceituais entre problemas. (Weber, 2006).

A educação, em sua constituição como campo de conhecimento, instituiu-se a partir de contribuições teóricas advindas de campos disciplinares distintos, como a História, Sociologia, Economia, Psicologia, entre outros, o que implica, para Brandão (2002), a necessidade de mergulho disciplinar que propicie a apropriação pela área de teorias e conceitos férteis para a investigação educacional. As contribuições dos pensamentos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu para o campo da educação têm sido destacadas², em que pese dificuldades da área no desenvolvimento de pesquisas que evidenciem densidade teórica (Gatti, 2002).

Neste artigo, são apresentadas algumas considerações sobre o conceito de sociedade expresso na obra de Norbert Elias e de Pierre Bourdieu, tecendo-se argumentos que evidenciam aproximações e afastamentos entre as formas como

² Conferir, entre outros, Leão (2007); Nogueira e Nogueira (2004).
Sociologia da Educação Revista Luso-Brasileira ano 2 n 4 dezembro 2011

esses autores compreendem as relações entre indivíduo e sociedade, fundamentais para a compreensão da educação como prática social.

O conceito de sociedade em Norbert Elias

O entendimento do conceito de sociedade em Norbert Elias diz respeito à compreensão da sociedade como processo no qual a mudança é peça-chave, mudanças essas que possuem direção passível de ser apreendida empiricamente. Ou seja, a mudança é característica da sociedade. Os indivíduos compõem a sociedade, mas as mudanças que nela ocorrem não são por eles planejadas racionalmente, o que não significa que sejam caóticas. Já o conceito de processo se relaciona à ordenação na qual ocorrem essas mudanças, que expressa racionalidade.

O autor utiliza o conceito de estrutura para a compreensão do social, mas não como soma das partes, e muito menos com finalidade definida a priori. Os indivíduos estão juntos e entremeiam objetivos, ou seja, a sociedade é uma estrutura de indivíduos interdependentes. A relação estabelecida entre os indivíduos não é uma relação de finalidades, mas a composição de relações extrínsecas.

Os indivíduos possuem funções a desempenhar na sociedade, para o que importa a posição ocupada nessa estrutura de relações sociais, sobre a qual possuem pequena margem de escolha. Essa estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes compõe a configuração social, ou seja, a rede de relacionamentos humanos, e o pertencimento a essa configuração estabelece formas corretas de ação, estabelecidas de acordo com as necessidades da rede, cujas atividades devem ser sincronizadas. A ordem presente na configuração é mais forte que a razão das pessoas isoladas. A configuração social não é produto de intencionalidades, mas de tensões e interdependências que compõem sua estrutura. O desempenho dessas funções torna o indivíduo dependente de outros, criando uma

rede de interdependências. Uma função só é formada e mantida na relação com outras funções e só pode ser compreendida na estrutura social em que se desenvolve. Ao nascer, o indivíduo se insere numa rede de funções que cria uma ordem invisível, da qual emergem os objetivos individuais.

Ou seja, a sociedade é uma estrutura de funções a serem desempenhadas, estabelecidas a partir de relações de interdependência, cuja margem de escolha e intervenção dos indivíduos depende da posição ocupada nessa estrutura, que é baseada em relações de poder. São funções e posições diferenciadas, vinculadas à distribuição desigual de poder, e que dizem respeito a uma determinada sociedade num determinado contexto histórico.

Para Elias (1994a, 1994b) a sociedade é, portanto, uma estrutura de indivíduos interdependentes que desempenham funções necessárias ao funcionamento dessa estrutura, com leis próprias, às quais se relacionam as metas dos indivíduos. A função exercida pelo indivíduo na sociedade é sempre uma função exercida para o outro e diz respeito a essa relação. O indivíduo vive em dependência funcional, conectado a cadeias de funções mutáveis. As regularidades sociais dizem respeito às leis que regem essas relações, estabelecidas funcionalmente. O indivíduo ocupa determinada posição nessa rede, e as relações por ele estabelecidas "[...] são determinadas, em sua estrutura básica, pela estrutura da sociedade em que a criança cresce e que existia *antes* dela". (Elias, 1994a, p.28, grifo do autor).

A dinâmica autônoma da rede de relacionamentos e as tensões a ela relacionadas põem em marcha o processo de desenvolvimento social, do qual o processo civilizador é parte integrante e fundamental. No processo de desenvolvimento social, na medida em que as funções sociais se tornam mais diferenciadas, aumentam as relações de dependência entre os indivíduos, que se vêm obrigados a regular suas condutas de maneira mais diferenciada, uniforme e estável,

reorganizando os relacionamentos humanos, o que é acompanhado por mudanças na estrutura de personalidade dos indivíduos, cujo resultado é o processo civilizador. Dessa forma, o processo civilizador é determinado pela direção do processo de diferenciação social, que se dá pela progressiva divisão das funções e pelo crescimento das cadeias de interdependências, que por sua vez integram as ações e os impulsos dos indivíduos.

Ao analisar o que denomina processo civilizador, Elias (1994b) pretende demonstrar empiricamente a forma como se alterou o comportamento e a vida psíquica dos indivíduos numa direção específica. Nesse processo, as mudanças ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos se dão em acordo com alterações na configuração social. Para o autor, o processo civilizador é produzido por mudanças nas estruturas sociais e nas estruturas de personalidade dos indivíduos.

O autor investiga a comprovação empírica de mudanças no longo prazo nas emoções e estruturas de controle do comportamento dos indivíduos, e relaciona essas mudanças ocorridas na estrutura da personalidade às mudanças ocorridas na estrutura social, tendo como fulcro o processo de formação dos Estados Nacionais. (Elias, 1997).

Essas alterações levaram ao homem civilizado, e se prolongam até a atualidade. Investiga, portanto, mudanças no longo prazo ocorridas nas emoções e estruturas de controle dos indivíduos, impulsionadas por mudanças na estrutura social. Essas mudanças evidenciam a produção do homem civilizado por meio da transformação de controles externos ao indivíduo em controles internos (autocontrole).

Ao analisar alterações na estrutura social que impulsionam o processo civilizador Elias (1994b) evidencia que a diversificação de funções sociais aumenta

as cadeias de relacionamentos e interdependências entre as pessoas, que necessitam organizar suas ações e comportamentos corretamente, para o que importa regular a conduta de forma diferenciada, uniforme e estável. A maior interdependência de funções, gerada em decorrência de mudanças na estrutura social numa dada direção leva à constituição de instituições mais estáveis, o que altera toda a estrutura social e a estrutura da personalidade dos indivíduos.

Nesse processo, destaca a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento do monopólio da força física, que permitiu aos indivíduos sentirem-se protegidos da violência física exercida pelo outro, para o que o controle dos afetos e paixões tornou-se útil. As exigências e proibições sociais que se impuseram aos indivíduos relacionam-se a mudanças na estrutura social para um nível mais alto de diferenciação e interligação. A diferenciação de funções levou à reorganização do tecido social, que por sua vez levou a uma maior organização central e monopolização da força física, necessários à pacificação social. As sociedades com monopólio centralizado de força física possuem divisão social das funções mais avançada, o que pressupõe cadeias de ação mais longas e maior dependência funcional. (Elias, 1997).

Nessas sociedades, o indivíduo passou a controlar suas ações ao mesmo tempo em que passou a prever as ações dos outros, ampliando seu espaço mental além do presente, desenvolvendo visão prospectiva e retrospectiva, em correspondência à cadeia de atos à qual se vê ligado desde a infância. O monopólio da força física pelo estado despersionalizou a violência. A pressão social tornou-se mais contínua e a ameaça do outro mais calculável. Essa nova configuração social mudou todo o padrão de conduta dos indivíduos e a opressão aos instintos tornou-se muito mais interna que externa, levando ao aumento do autocontrole.

A criação dos Estados Nacionais, que supõe a monopolização do uso da força física, reforça a idéia da pacificação social com algo positivo, ou seja,

necessária ao processo civilizador. No entanto, Elias (1993) destaca que esse processo de pacificação social ocorre, no mais das vezes, com o uso da violência. Nesse sentido o autor, ao tratar da violência, escapa de uma interpretação negativa do conceito, ou seja, como algo oposto à pacificação, ou então como o pólo negativo numa situação em que a violência pressupõe uma situação de desintegração social (Neimburg, 2001). De qualquer forma, o processo de pacificação social está relacionado, por um lado, à monopolização do uso legítimo da força física pelo estado (posto ser necessária à sua pacificação interna), e por outro, à interiorização das coações sociais pelos indivíduos.

Ao demonstrar empiricamente as mudanças que ocorreram no longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares, na direção de maior controle de suas paixões e do desenvolvimento de racionalização, não vincula esse processo a uma carga valorativa, mas à sua demonstração factual. Elias aponta relação entre estruturas psicológicas individuais e estruturas sociais, ambas mutáveis e interdependentes. Dessa forma, o indivíduo comporta aspectos individuais e sociais em constante transformação estrutural. Indivíduo e estruturas sociais estão em constante mutação e "[...] as estruturas da personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel". (Elias, 1994b, p.221).

O processo civilizador diz respeito, portanto, a mudanças que ocorreram na longa duração na conduta e sentimentos humanos em direção específica, em que o controle exercido por terceiros transformou-se cada vez mais em autocontrole. Essas mudanças ocorrem em função da interdependência existente entre as pessoas, nessa interdependência a ordem social é mais resistente que as vontades individuais, e é essa ordem social que determina o curso da mudança histórica. O tipo de interligação existente entre as pessoas põe em movimento determinados processos de mudanças, em que o processo civilizador é mantido em movimento pela

dinâmica autônoma da rede de relacionamentos, ou seja, pela maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver.

As tensões ocorridas do entrelaçamento social resultam em mudanças específicas que geram outras formas de entrelaçamento, sendo que essas mudanças na maneira como as pessoas se prendem umas às outras é que as torna mais civilizadas. Pela pressão da competição, as funções sociais tornam-se mais diferenciadas. Quanto mais diferenciadas se tornam, maior é o número de funções a serem exercidas e maior o número de pessoas das quais o indivíduo depende. Quanto mais pessoas possuírem suas condutas sintonizadas, a teia de relações se organiza de forma mais rigorosa e precisa, para que cada qual possa desempenhar sua função. O indivíduo foi compelido a regular sua conduta de maneira diferenciada, uniforme e estável, e essa regulação não é consciente.

A agência controladora que se forma na sociedade abrange toda a conduta social e leva a uma regulação mais contínua e uniforme. A questão das coações às quais as pessoas estão expostas é central para a compreensão do processo civilizador. Para o autor (Elias, 1993), elas são de naturezas distintas, tais como: coações dos impulsos, coações impostas pela natureza, coações externas e o que ele denomina de autocoações. A interação entre as diferentes formas de coação às quais as pessoas estão submetidas altera-se ao longo do processo civilizador e são específicas às estruturas de relações sociais desenvolvidas. O processo civilizador expressa mudanças na relação entre coações sociais externas e autocoações, em que a segunda se torna mais forte e mais abrangente.

Para Elias (1994a), a compreensão da constituição social do indivíduo e de sua historicidade é importante para a compreensão do que é a sociedade. O indivíduo molda suas funções psíquicas em conexão com a estrutura da sociedade na qual cresce, ou seja, o autocontrole consciente e inconsciente que desenvolve é produto da rede de relacionamentos em que vive, e é específico de cada sociedade. O

indivíduo só existe na relação com o outro. Sua marca individual é constituída a partir da história das relações e dependências em que nasce. Adquire suas marcas individuais nessas relações de dependência, que por sua vez implicam proibições sociais inculcadas como autodomínio, que permanecem em conflito com instintos e inclinações não controlados. O indivíduo se constitui como tal por meio das relações que estabelece com o outro e pela pressão exercida sobre ele pela rede de relações sociais.

O exercício de funções sociais adultas exige especialização. O indivíduo ocupa determinados lugar e função na rede de relações da qual faz parte, contribuindo ao mesmo tempo para o estabelecimento de novas relações. O homem é ser social e depende de outros homens. Torna-se humano, não nasce humano. Suas funções psíquicas são moldadas e dependem das exigências da sociedade em que cresce. Não são, portanto, hereditárias. Permitem e exigem moldagem social diferenciada. Em função da própria maleabilidade das funções psíquicas do homem é que as regularidades nascidas do entrelaçamento social ganham força, permitindo a organização de estruturas sociais sujeitas a transformações históricas que não foram planejadas por pessoas isoladas. As funções autorreguladoras do homem se adaptam e se transformam, permitindo o processo civilizador.

Segundo Elias (1994 a, 1993), para se compreender a psique de uma pessoa singular se faz necessário a compreensão da estrutura das relações na qual essa ela vive. A estrutura psicológica corresponde à estrutura social, ao mesmo tempo em que se modificam conjuntamente. Assim, se por um lado a individualidade ocorre dentro da sociedade, por outro a ordem social é produto da natureza humana e da maleabilidade das funções psíquicas. Ao ser produzido, o controle comportamental do homem produz as regularidades sociais. O homem desenvolve mecanismos sociais nos quais os desejos humanos e seus comportamentos são ligados aos de outras pessoas e às relações de dependência em que se desenvolvem. As tensões

existentes entre as pessoas, provocadas pela divisão de funções e pelas relações de poder que delas derivam, são mais complexas nas sociedades em que essas funções são mais diferenciadas, impelindo o processo civilizador. Os indivíduos estão sempre ligados por laços de interdependências, e sua margem de decisão nessa rede de relações pode variar dependendo da estrutura da rede de relações ou mesmo do lugar que ocupem, mas sempre se relaciona aos outros indivíduos.

O indivíduo depende dos outros e os outros dele dependem, dessa forma contribuindo para moldar a sociedade que o molda. A própria individualidade é, portanto, determinada socialmente. Para Elias (1993), a individualidade é uma peculiaridade da função psíquica do indivíduo, que depende dos outros para se desenvolver. Dessa forma, é a manifestação única de um produto típico. Quanto mais diferenciada for a sociedade, mais divergências ocorrem na conformação psíquica dos indivíduos.

De acordo com o autor o desenvolvimento do pensamento racional manifesta o caráter funcional da psique humana, em que o psíquico é regido pela vida societária, abrangendo toda a relação do homem com o mundo, não operando, portanto, distinção entre afeto e cognição, ambos implicados nas relações que o indivíduo estabelece com a natureza, com o outro e consigo mesmo.

A racionalização das condutas é expressão do processo civilizador e se relaciona à necessidade de se fazer previsões em relação à conduta do outro. O maior controle exercido pelo homem sobre a natureza lhe exigiu maior autocontrole e maior autodistanciamento. O homem se distanciou da natureza a fim de compreendê-la, o que requer maior controle emocional e o desenvolvimento de pensamento racional.

Some-se a isso o fato de a pacificação das relações ocorrida em decorrência da centralização e criação de monopólios de poder e força física alterar as relações

estabelecidas entre os homens, que se tornaram mais previsíveis e sujeitos a outras formas de pressão, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de se fazer previsões.

Para o autor (Elias, 1997, p.240), "[...] o mais importante a racionalizar-se foram os modos de conduta de certos grupos de pessoas". Isso ocorreu "[...] em conjunto com as tensões *entre* diferentes grupos funcionais no campo social e *entre* as pessoas que competem dentro deles". (grifos do autor). A racionalização das condutas se relaciona à forma como as pessoas se ligam umas às outras e à necessidade de modelação dessas condutas. A estrutura da personalidade dos indivíduos é funcional e só pode ser compreendida em conexão com a estrutura social e com as mudanças de longo prazo ocorridas nessa estrutura.

O conceito de sociedade em Pierre Bourdieu

Para Bourdieu (2001a), ao se analisar a sociedade, faz-se necessário compreendê-la como espaço social, no qual cada grupo ou classe ocupa posição da qual derivam propriedades relacionais. No pensamento do autor, o espaço social é produto da diferenciação estabelecida entre os agentes em decorrência da posse de diferentes capitais, especialmente o econômico e cultural, mas também o social e o simbólico. Realizar análise estrutural, ou seja, que indique a posição ocupada pelo grupo ou classe de agentes no espaço social supõe, segundo Bourdieu, "uma interrogação mais sistemática e metódica" dessa posição (2001a, p.7).

Há que se considerar, por um lado, que a análise das posições ocupadas pelos agentes diz respeito a uma determinada estrutura social, historicamente constituída. Refere-se, portanto, a uma dada estrutura num dado momento. Por outro, a posição de um grupo ou mesmo de um indivíduo no espaço social não é estática, referindo-se a um ponto em uma trajetória, seja ela individual ou de um

grupo, em que "[...] o ponto de uma trajetória, que um corte sincrônico o apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*". (Bourdieu, 2001a, p.7, grifo do autor).

Ao ocuparem o espaço social, os agentes apresentam-se em posições que comportam informações sobre propriedades intrínsecas (relacionadas às condições materiais de existência) e relacionais, sendo as últimas estabelecidas entre os diferentes grupos ou classes sociais. Dessa forma, constituem-se grupos ou classes, que expressam posicionamento definido pela exterioridade, por relações de proximidade e vizinhança, irreduzíveis às intenções dos agentes individuais. Essa posição social é composta por propriedades atuantes, que são as diferentes espécies de capital, segundo o volume global do capital que os agentes possuem e segundo a composição desse capital, ou seja, segundo o peso relativo das diferentes formas de capital no conjunto de suas posses (Bourdieu, 2003a). Possuir, ou não, determinado tipo e quantidade de capital importa para a posição ocupada pelo agente no espaço das relações sociais. Sua importância se estabelece na comparação e relação com o outro, operando distinções sociais (Bourdieu, 2003c).

Os grupos só existem porque são percebidos e reconhecidos como significantes. O mundo social se organiza pela diferença, o que não significa a procura da diferença, mas a marca da distinção, que é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social, percebida segundo categorias apropriadas a essa estrutura, ou seja, na transfiguração simbólica da diferença existente de fato, expressa na maneira de se portar dos agrupamentos e classes sociais. A distribuição dos agentes no espaço social produz separações destinadas a serem percebidas e a estabelecer diferenças, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, como diferenças de natureza.

Ao compreender a sociedade como espaço de posições e relações, para Bourdieu (2003b), o conceito de classe social só tem sentido como recorte desse espaço social, percebido pelos agentes segundo categorias derivadas de tal espaço.

Para o autor, trata-se de classes lógicas, produto de classificação explicativa, constituída por conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes, dos quais se podem apreender propriedades, compatibilidades e incompatibilidades, ou, em suas palavras, como:

[...] conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes. (Bourdieu, 2003b, p.136).

Ou seja, possuir ou não determinado tipo e quantidade de capital traz consequências para a posição ocupada pelo agente no espaço das relações sociais e para o pertencimento a determinada classe ou agrupamento social. Essa posse e esse pertencimento ganham sentido na possibilidade do estabelecimento de comparações e distinções sociais. Os agrupamentos sociais só existem porque são percebidos e reconhecidos como significantes. O mundo social se organiza pela diferença, o que não significa a procura da diferença, mas a marca da distinção, que é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social, percebida segundo categorias apropriadas a essa estrutura, ou seja, na transfiguração simbólica das diferenças existentes de fato, expressas na maneira de ser e se portar dos agrupamentos sociais.

A distribuição dos agentes no espaço social, que é relacional, uma vez que se estabeleça na relação com o outro, produz separações destinadas a serem percebidas e a estabelecerem diferenças, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, como diferenças de natureza. (Bourdieu, 1983a).

A estrutura objetiva do espaço social e as diferentes posições nele ocupadas implicam consequências subjetivas, comandando as representações sociais dos agentes, que se posicionam no espaço social de forma relacional, operando por

distinções. Existe uma correspondência entre o lugar ocupado no espaço social e as disposições para a ação dos agentes, expressas em suas práticas e em sua visão de mundo, uma vez que ocupar determinado lugar na estrutura social confere aprendizados aos agentes. A análise da posição ocupada pelo agente contribui para o entendimento do ponto de vista a partir do qual a realidade social é por ele construída. Da mesma forma, as categorias mentais, ou seja, a maneira como os agentes organizam suas representações sobre aquilo que os envolve são reveladoras dessa posição. A estrutura objetiva encontra uma estrutura mental que lhe corresponde, contribuindo para uma experiência do mundo sem surpresas ou, em outras palavras, o mundo vem ao encontro das explicações que o antecipam. As estruturas mentais dos agentes estão em acordo com a estrutura objetiva, posto serem produto da incorporação dessa estrutura. (Bourdieu, 1991).

Assim, ocupar uma determinada posição no espaço social implica incorporação de representações que dizem respeito a essa posição, uma determinada visão de mundo, perspectivada a partir de um ponto. Nesse sentido, os agentes tomam o mundo tal qual ele é, por meio da aceitação tácita da posição que ocupam, que confere sentido aos limites e às distâncias a marcar, a respeitar e fazer respeitar. As relações de força presentes no espaço social tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social, que por sua vez contribuem para a permanência dessas relações, uma vez que os princípios estruturantes da visão do mundo estão nas estruturas objetivas do mundo social e as relações de forças que nele se apresentam compõem as categorias de percepção dessas relações.

O ocupar posições implica o estabelecimento de relações de força e poder, delimitadas pela posse e possibilidades de acúmulo dos diferentes tipos de capital. Às diferentes posições ocupadas pelos agentes no espaço social correspondem estilos de vida diferentes, ou seja, a posição diz respeito à tradução simbólica de diferenças inscritas nas condições de existência, em que:

As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos de "estilo de vida") porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus* - sistema de disposições duráveis e transferíveis que exprime sob a forma de preferências sistemáticas as necessidades objetivas das quais é produto. (Bourdieu, 2003c, p.73).

Os agentes constroem a realidade social a partir da visão de mundo que possuem, determinada pela posição que ocupam no espaço social. Dessa forma, o discernimento, que está no princípio dos atos classificatórios e em seus produtos, nas práticas, no discurso, não é ato intelectual, mas operação prática do *habitus* que, por sua vez, é revelador da posição social ocupada pelos agentes. O *habitus* é produto da incorporação, sob a forma de disposições, de aprendizagens relacionadas ao fato dos agentes posicionarem-se e serem posicionados no espaço social, ou seja, é ligado genética e estruturalmente a uma posição, pelo que tende a exprimir, por meio das ações que produz, posições diferentes ou opostas constitutivas desse espaço, além de uma tomada de posição prática sobre ele. A posição social se expressa no *habitus* e constitui as práticas sociais, ao mesmo tempo em que o constitui.

De acordo com Bourdieu (1983b), a prática individual é expressão das condições concretas de existência às quais o agente encontra-se submetido e que a ele se apresentam objetivamente, e do *habitus* adquirido na experiência social. Dessa forma, o *habitus* refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual. A gênese do *habitus* é coletiva e individual, gerando práticas orientadas por referência ao pertencimento social. É objetivo sem intenção subjetiva, compondo ações ordenadas e orientadas, adaptadas às condições concretas, o que assegura a conformidade das práticas.

Por um lado, por ser disposição, não corresponde totalmente às estruturas objetivas, o que possibilita que as condições mudem e o *habitus* permaneça; e por outro, possibilita ao *habitus* não funcionar como ajustamento à realidade tal qual ela se apresenta, facultando aos agentes sociais a escolha das melhores estratégias dispostas em diferentes situações. Essas estratégias, no entanto, referem-se às chances efetivas inscritas no espaço de possibilidades dos agentes, tornando as práticas ajustadas às condições objetivas.

Ao explicitar as formas como ocorre a interiorização das disposições para a ação que compõem o *habitus*, Bourdieu (2001b) aponta essa incorporação relacionada ao aprendizado realizado pelo corpo, em que o corpo entra em relação com o mundo e o compreende porque foi exposto às suas regularidades. O agente adquire assim compreensão prática do mundo, utilizada para percebê-lo, e nesse sentido as estruturas cognitivas são produto da incorporação das estruturas sociais. Não se trata, portanto, de consciência, mas de disposições aprendidas no processo de socialização. De acordo com Bourdieu (2003e), *habitus* é história incorporada nos sujeitos, e essa incorporação ocorre ao longo das diferentes trajetórias sociais, nas quais o *habitus* se constitui nos agentes como série cronologicamente ordenada de estruturas, iniciando com o *habitus* adquirido na família, que é transformado pela ação escolar, que por sua vez é transformado pelas experiências posteriores. Os agentes portam determinado *habitus*, relacionado às experiências educativas nas quais estiveram envolvidos ao longo de suas vidas, e que dizem respeito às condições objetivas a elas relacionadas. Cabe destacar que essa incorporação diz respeito à história objetivada na cultura e refere-se ao pertencimento a uma determinada classe ou grupo social, ou mesmo ao exercício de uma determinada função.

O *habitus* adquirido no âmbito familiar funciona como esquema classificatório e princípio de construção do mundo. A família opera importante papel na reprodução

da estrutura do espaço e das relações sociais, uma vez que é o lugar de acumulação dos diferentes tipos de capital e de sua transmissão entre as gerações. Mas ajustes ou alterações ocorrem no *habitus* ao longo da experiência, na medida em que esses agentes passam a pertencer a determinados agrupamentos ou mesmo a desempenhar determinadas funções na sociedade. O *habitus*, no geral, é adaptado, uma vez que os agentes tendem a fazer escolhas dentro de seu universo de possibilidades, porém, é também passível de sofrer modificações ao longo dos deslocamentos sociais por eles vividos.

Dessa forma, o agente é forjado nas e para as relações sociais, em que a própria individualização é resultado de processo de socialização. O espaço em que o agente está situado o caracteriza, ao mesmo tempo em que lhe permite estabelecer estratégias adaptadas e renovadas. Para o autor, o *habitus* não é isolado nem calculista. Diz respeito a uma classe, fração de classe, grupo, e por isso mesmo constitui o lugar de solidariedades e adesões entre agentes que são produto de condições e condicionamentos semelhantes, uma vez que na conduta dos pares encontra-se a legitimação para as condutas individuais, fundada no acordo existente entre as maneiras de julgar e agir, mesmo em meio a disputas por posições. O *habitus* de cada agente é ajustado antecipadamente e tende a produzir ações que, apesar de disputas e desentendimentos, dizem respeito a interesses compartilhados. (Bourdieu, 2001c).

Ao desempenhar determinada função, do que deriva ocupar determinada posição no espaço das relações sociais, os agentes são moldados pela socialização que diz respeito a esse desempenho. Para a análise das diferentes funções desempenhadas pelos agentes no espaço social, que implicam a produção de bens materiais e ou simbólicos, que por sua vez possibilitam a posse de diferentes tipos de capital - econômico, cultural, social e simbólico, o autor introduz o conceito de campo. Para Bourdieu (2003a), ao se envolverem com determinado tipo de produção,

os agentes se posicionam e estabelecem disputas em torno daquilo mesmo que lhes confere as formas de capital determinante no campo em que atuam. As ações dos agentes são reguladas pelos interesses em disputa no interior dos diferentes campos, e suas estratégias dependem das posições que ocupam na estrutura do campo e da distribuição do capital que lhe é específico. As estratégias dos agentes dizem sempre respeito a manter ou melhorar sua posição social.

Os agentes tendem a desempenhar funções para as quais foram sociologicamente destinados, promovendo o encontro e a adaptação de aspectos de seu *habitus* de origem, com disposições relacionadas ao *habitus* que diz respeito ao cargo ocupado, o que expressa ajuste do *habitus* à estrutura social. Essa harmonia, no entanto, nem sempre é perfeita, ou seja, existem situações em que, nas palavras de Bourdieu (2003d, p.103), "a relação entre os agentes e seu posto assenta-se num mal-entendido", em que suas disposições não se ajustam ao cargo por eles ocupado.

Disso decore uma formulação chave no pensamento do autor, para quem a história não está apenas objetivada nas coisas (instituições, idéias, costumes), mas também está incorporada nos agentes, que contribuem com suas ações para que sua dominação se efetive. A submissão a fins exteriores não é feita por imposições imperativas, nem mesmo de forma consciente. Também não se trata de submissão às estruturas. Para o autor, o que explica essa submissão é o *habitus*. Nem mesmo para o dominante essa relação de força é consciente. Assim, a subordinação do conjunto das práticas dos agentes a uma mesma intenção objetiva só se realiza pela concordância que se instaura entre o que os agentes são e o que fazem. A história se objetiva quando alguém "assume o posto", ou seja, toma parte na história, desempenhando função que a sociedade e ele mesmo esperam que desempenhe. (Bourdieu, 2003d).

Outro aspecto importante para se compreender as práticas dos agentes e a reprodução das desigualdades sociais diz respeito ao conceito de violência

simbólica, violência exercida ao se impor um arbitrário cultural como o mais legítimo, no entanto de forma irreconhecível, uma vez que supõe dissimulação das relações de força que a embasam, o que torna possível sua legitimação social, ou seja, o reconhecimento por parte dos dominados da legitimidade dessa relação de dominação (Bourdieu; Passeron, 2008).

Pelo exposto, destaca-se no pensamento do autor que as práticas dos agentes são efeito da posição ocupada por eles no espaço das relações sociais, dizendo respeito ao pertencimento a determinada classe social, e também ao desempenho de determinada função. Ou seja, as práticas são expressão das aprendizagens consubstanciadas em propensões inscritas no *habitus*, relacionadas ao pertencimento social. Os agentes são predispostos a valorizar virtudes e visão de mundo que dizem respeito à sua origem social e também à função que desempenham, marcada por essa origem. As práticas sociais são efeito da posição que o agente ocupa, dos atributos próprios a essa posição, bem como das propensões inscritas em seu *habitus*, fruto de sua trajetória e pertença social. Os homens aceitam exercer funções inscritas em seus horizontes de possibilidades, em decorrência de suas condições de vida e de sua experiência inicial do mundo social. A necessidade está inscrita nas coisas e nos corpos, ou seja, na herança histórica que forja os próprios esquemas de pensamento, que traz as marcas de suas condições de produção e tende a gerar as condições de sua reprodução.

Algumas reflexões sobre o pensamento dos autores e sua utilização como ferramenta teórica no campo da educação

Ao se estabelecer comparações entre o conceito de sociedade em Elias e em Bourdieu, é possível verificar-se uma aproximação entre os autores. Para ambos, a sociedade é uma estrutura de relações e funções interdependentes, na qual os

indivíduos ou agentes desempenham funções sobre as quais possuem pequena margem de escolha e intervenção, dependendo da posição por eles ocupada nessa estrutura de relações, baseadas em relações de poder. São funções e posições diferenciadas, em que a distribuição do poder é desigual, e que dizem respeito à estrutura social na qual se desenvolvem.

Para ambos, o indivíduo ou agente social é constituído socialmente, para o que importa seu grupo de pertença e as funções que nele desempenha, que conformam sua subjetividade, em que a racionalidade não faz parte da natureza humana, ou seja, é produto da socialização, operando como função social. As ações dos indivíduos são adequadas à posição que ocupam e à função que desempenham no espaço de relações sociais. O que os interessa é a análise da mediação existente entre indivíduo ou agente social e a sociedade.

Também, cabe tecer considerações sobre a concepção de história nos dois autores. Bourdieu (2003d) compreende a história como processo, no entanto, adverte para o risco de buscar-se a origem de responsabilidades sociais, o que para ele não procede, uma vez que as ações dos agentes não são estratégias conscientes, mas disputas de interesses associadas às disposições e ao *habitus*. O autor compreende a história a partir de duas facetas interligadas, a história objetivada e a história incorporada. O movimento da história é o movimento das ações e reações dos agentes, que não têm outra escolha a não ser participar do jogo das disputas sociais, em que se luta para manter ou melhorar posições.

Nesse sentido, Bourdieu aproxima-se do conceito de sociedade desenvolvido por Norbert Elias, que a entende como processo constituído por mudanças que possuem direção passível de ser apreendida empiricamente. Para Elias (1994a) os indivíduos compõem a sociedade, mas as mudanças que nela ocorrem não são por eles planejadas racionalmente, o que, não significa que sejam caóticas. O conceito de processo se relaciona à ordenação em que ocorrem essas mudanças, que

expressam racionalidade. O autor utiliza o conceito de estrutura, mas não como soma das partes, e muito menos com finalidade definida a priori. Os indivíduos estão juntos e entremeiam objetivos, ou seja, a sociedade é uma estrutura de indivíduos interdependentes. A relação estabelecida pelos indivíduos não é relação de finalidades, mas a composição de relações extrínsecas.

Tanto em Elias quanto em Bourdieu, as práticas dos agentes encontram-se subordinadas à determinada intenção objetiva revelada a *posteriori*, em que as ações dos agentes só se realizam pela concordância que se instaura entre o que são e o que fazem, ou seja, entre sua vocação (subjética) e sua missão (objetiva).

Da mesma forma que Elias, Bourdieu também percebe a sociedade como uma rede de funções entrelaçadas, na qual importa a análise do que foi subjetivado pelos agentes, para que se proceda à análise das relações estabelecidas socialmente. Diferentemente que Elias, no entanto, está preocupado em apontar mais a tendência à reprodução, que a mudança operada na longa duração.

O que os diferencia é a pergunta formulada na investigação empírica. Para Elias, importa investigar como se constituiu o homem civilizado. A pergunta é sobre a gênese, ou seja, o que confluíu numa composição histórica como processo que resultou no homem civilizado, operando com mudanças na longa duração, numa perspectiva diacrônica, para o que, evidentemente, conflui a perspectiva sincrônica, mas não como foco investigativo. Em suas análises, a mudança na longa duração aparece como elemento chave para a compreensão da estrutura social.

Bourdieu está preocupado em estabelecer uma teoria da prática, ou seja, como os homens agem e estabelecem relações sociais levando-se em consideração as condições objetivas às quais estão submetidos, em que as estruturas sociais estruturam essas relações e são por elas estruturadas, ao mesmo tempo em que estruturam os agentes a elas submetidos. O foco de investigação é o movimento

sincrônico, para o que, de qualquer maneira, torna-se fundamental investigar a gênese dos processos sociais evidenciados. O foco de investigação é uma dada estrutura num dado momento, o que não impede o autor de considerar que essa estrutura é historicamente constituída.

Ambos desenvolvem o conceito de *habitus* como suporte da memória social e individual, ou seja, como algo que o indivíduo porta e que confere sentido às suas práticas, em que a sociedade não é uma estrutura funcionando por moto próprio, mas pela ação dos indivíduos, que a moldam e são por ela moldados. *Habitus* é aprendizado passado incorporado como disposição para a ação e que, por isso mesmo, evidencia regularidades sociais.

Elias (1997) desenvolve o conceito de *habitus* social, que estrutura a personalidade e refere-se ao grupo de pertença, ou seja, ao eu/ nós, cuja análise elucida mudanças que ocorreram no longo prazo em instituições que contribuíram para sua formação. Nesse aspecto, Bouza (1994) destaca a centralidade da relação indivíduo x sociedade e as mudanças no equilíbrio eu/nós no pensamento de Elias, operando como método que conduz o pensamento do autor que, no entanto, favorece a utilização dos conceitos por ele desenvolvidos mais em análises macrossociológicas, em que pese a centralidade do indivíduo e sua constituição psíquica em sua teorização social. Para Bouza (1994) Elias, ao analisar os processos sociais de interações humanas estabelecidos a partir de necessidades dos indivíduos, socialmente geradas nas teias de interdependência social, que estabelecem pressões sobre suas condutas, acaba por dar primazia ao todo detrimento das partes, não esgotando a questão da articulação entre o macro e o micro nas análises sociológicas.

Ainda com relação ao conceito de *habitus* em Elias, Corcuff (2001) destaca que *habitus* é uma marca social que se estabelece na personalidade do indivíduo, produto da história fincada nas redes de relações que existem previamente ao seu

nascimento, que modelam suas formas de sensibilidade e de pensamento. Essas redes de interdependência geradas no tecido social assumem formas específicas, e não agem apenas como constrangimento exterior, mas participam da formação das estruturas psíquicas dos indivíduos.

Para Bourdieu, *habitus* é incorporação da estrutura social, em que relações de poder são incorporadas como estruturas mentais, fazendo com que os agentes, em suas práticas sociais, tendam a reproduzir a estrutura social que os engendra, ao mesmo tempo em que o confronto com a realidade objetiva acaba por propiciar o desenvolvimento de estratégias que possibilitam sua transformação. Sua análise permite evidenciar essa disposição para a ação presente nos indivíduos e que faz com que suas práticas se pareçam sem que, contudo, signifiquem obediência a regras pré-estabelecidas. A tendência à reprodução das relações de poder se destaca como elemento chave para a compreensão da estrutura social.

A utilização do conceito de *habitus* no pensamento do autor diz respeito a tratamento inovador no que se refere à relação indivíduo x sociedade, escapando à dicotomia objetivismo x subjetivismo. Trata-se de um guia para a ação, presente nos indivíduos na forma de disposições duráveis, que dizem respeito à incorporação das estruturas sociais em suas subjetividades sem, contudo, se traduzir na incorporação mecânica de determinismos sociais. Apesar de conferir uma antecendência à objetividade social e às estruturas sociais, incorporadas nos agentes na forma de estruturas mentais, o que tende à promover a reprodução das relações sociais, o conceito de *habitus* não exclui o potencial dos agentes para transformar o mundo por meio de suas ações (Wacquant, 2004).

Como afirma Casanova (1995), o conceito de *habitus* em Bourdieu se constitui numa poderosa ferramenta de análise sociológica, que permite fértil articulação entre os níveis macro e micro, bem como a possibilidade de análises de

regularidades e singularidades, evidenciadas no cruzamento analítico de diferentes percursos e posicionamentos sociais.

O conceito de *habitus* e sua utilização como método investigativo diz respeito às perguntas que movimentam os autores em suas pesquisas, ou seja, Elias preocupa-se com o processo e sua comprovação empírica, e Bourdieu com a análise das relações sociais estabelecidas, que tendem à reprodução das relações de poder presentes na estrutura social.

Método para Elias é operar na longa duração, por meio da comprovação empírica de processos sociais. Para Bourdieu, é análise de relações sincrônicas, para o que, evidentemente, importa estabelecer a gênese, numa relação sincrônica e diacrônica, mas cujo foco é a teoria da ação. Um aspecto, entre outros, a ser destacado com relação ao que aproxima os autores, é a explicitação em seus respectivos pensamentos, da necessidade de se operar distanciamento em relação à realidade empírica investigada, o que implica se desfazer de carga valorativa sobre os homens e suas dinâmicas sociais, o que não é tarefa fácil de ser realizada, ainda mais no campo educacional.

Ao se compreender a educação como prática social, a fertilidade da utilização do pensamento dos autores em pesquisas educacionais se evidencia. Para Elias, o comportamento individual diz respeito ao autocontrole, força motriz do processo de civilização, trazendo importante contribuição para estudos que visem a compreender os processos de constituição dos indivíduos em correlação com a necessidade de controle das emoções, modulados pelo tecido social e sua configuração, o que varia conforme a sociedade ou mesmo a camada social às quais o indivíduo pertence, com destaque para a configuração social e as relações de interdependência presentes na sociabilidade, que se constituem numa rede de constrangimentos sociais.

Segundo KILMINSTER e MENNEL (2003), o pensamento de Elias é inovador porque, ao apresentar o indivíduo inserido em redes de interdependência, ligados uns aos outros não apenas econômica ou politicamente, mas também emocionalmente, nas diversas formas de relação às quais estão atados na existência social, desenvolve uma sociologia dos vínculos humanos e sua dinâmica na constituição do indivíduo, com ênfase nas pressões e relações de poder presentes nessas redes de interdependência, nas quais são estabelecidas os laços sociais. Trata-se de pensamento fértil para se entender as relações entre sociedade, cultura e conhecimento.

Bourdieu, ao formular uma teoria da ação, permite compreender as práticas sociais e dentre estas as práticas educativas como produto do *habitus*, que por sua vez é produto das aprendizagens sociais. As práticas sociais são expressão das condições concretas de existência às quais os agentes encontram-se submetidos e que a eles se apresentam objetivamente, e do *habitus* adquirido na experiência social e nas aprendizagens dela decorrentes. Para Casanova (1995), a contribuição do pensamento de Bourdieu no que diz respeito a se romper com a dicotomia entre indivíduo e sociedade é notória, sobretudo pela forma como estrutura o conceito de *habitus*, como produto de disposições para a ação.

Além disso, convém destacar a importante contribuição do autor para discussão sobre as desigualdades escolares, ao estabelecer forte relação entre desempenho escolar e origem social, destacando a cultura como uma forma de capital. Em suas pesquisas, o autor detectou relação bastante sólida entre o nível de instrução e as práticas culturais legítimas, destacando que as classes sociais que possuem maior capital cultural de origem tendem a alcançar os níveis mais elevados e consagrados do sistema de ensino, o que faz com que a escola tenda a consagrar, por meio de suas sanções, as desigualdades iniciais frente à cultura (Bourdieu, 2001d).

São abordagens sociológicas distintas que, ao serem utilizadas em pesquisas educacionais como hipóteses de trabalho, a serem testadas na empiria, tal qual expresso por Brandão (2002), trazem contribuições para a compreensão da educação como prática social, importantes para o avanço do conhecimento na área, e também para vislumbrar-se a possibilidade da mudança no sentido de uma maior democratização no acesso ao conhecimento socialmente produzido.

Referências

BOUZA, Fermín. Debatiendo con Norbert Elias: entre el yo y el nosotros. *REIS Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Centro de Investigaciones Sociológicas, n.65, p. 79-90, jan/ mar 1994.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983a, p. 82-121.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-81.

_____. Estruturas sociais e estruturas mentais. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 3, p. 113-119, 1991.

_____. Condição de Classe e Posição de Classe. In: MICELI, Sérgio (org.). *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2001a, p. 3-26.

_____. *Meditações Pascalianas*. Trad. Sérgio Micelli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

_____. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: MICELI, Sérgio (org.). *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2001c, p. 183 - 202.

_____. Reprodução Cultural e Reprodução social. In: MICELI, Sérgio (org.). *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2001d, p. 295 - 336.

_____. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. 4ª edição. São Paulo: Papirus. 2003a, p. 13-34.

_____. Espaço social e gênese das "classes". In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b, p. 133-161.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Olho d'Água, 2003c, p. 73-111.

_____. História reificada e incorporada. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003d, p. 75 - 106.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Olho d'Água, 2003e, p. 39-72.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003f, p. 7- 16.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos*. Rio de Janeiro: Ed PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

CASANOVA, José Luís. Uma avaliação conceptual do *habitus*. *Sociologia - Problemas e Práticas*. Lisboa, n. 18, p. 45-68, 1995.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

ELIAS, Norbert. *Os alemães - A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *O processo civilizador*. Volume I: Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

_____. *O processo civilizador*. Volume II: Formação do Estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, 2002.

KILMINSTER, Richard; MENNEL, Stephen. Norbert Elias. In: RITZER, George (ed.). *The Blackwell companion to major social theorists*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

LEÃO, Andréa Borges. Norbert Elias & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Coleção Pensadores & Educação, v. 11).

NEIBURG, Federico. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção Pensadores & Educação, v. 4)

WACQUANT, Loic. Esclarecer o habitus. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*. Porto, série I, vol. 14, p 35-41, 2004.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. 7ª edição. 8ª impressão. São Paulo: Ática, p. 79-127. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).